

## **OS ASPECTOS HUMANOS DA FAVELA CARIOCA: UMA INCURSÃO DA SAGMACS PELO RIO DE JANEIRO (1957-1960)**

*THE HUMAN ASPECTS OF THE CARIOCA FAVELA: A FORAY OF SAGMACS ACROSS RIO DE JANEIRO (1957-1960)*

**LUCAS RICARDO CESTARO**

### **RESUMO**

A década de 1950, no Brasil, foi marcada pela euforia desenvolvimentista e personificada pela arquitetura com a construção de Brasília. Em paralelo à esta euforia, no Rio de Janeiro, então capital federal, o número de moradores em favelas crescia, e as mazelas sociais afloravam como um problema a ser entendido e remediado. Esta preocupação abriu espaço para a realização de pesquisas sobre as condições de vida desta população, e possibilitou a atuação de órgãos de assistência técnica recém-criados dentro do quadro de institucionalização do urbanismo no Brasil. O artigo analisa o relatório *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, elaborado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, publicado em 1960 pelo Jornal O Estado de São Paulo. A partir da pesquisa documental, que analisou o relatório mencionado, o artigo explora as principais constatações apontadas pela equipe de pesquisadores quanto à vida nas favelas do Rio de Janeiro. Além disso, o trabalho demonstra a contribuição deste relatório na inserção do reconhecimento da favela como forma de moradia popular, ao mesmo tempo em que tenta minimizar os preconceitos que havia sobre estes territórios populares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflito Social. Favela. História Social. Rio de Janeiro. SAGMACS.

### **ABSTRACT**

*In Brazil, the 1950s were marked by developmental euphoria personified in architecture with the construction of Brasilia. Parallel to this euphoria, in Rio de Janeiro, the-then federal capital, the number of slum dwellers grew, and social problems emerged as an issue to be understood and remedied. This concern paved the way for research on the living conditions of this population and facilitated the work of newly-created technical assistance agencies within the institutionalization framework of Brazilian urbanism. The article analyzes the report *Human Aspects of the Carioca Slum*, prepared by the Society of Graphic and Mechanographic Analyses Applied to Social Complexes, published in 1960 by the newspaper O Estado de São Paulo. Based on document research, which analyzed the mentioned report, the article explores the main findings pointed out by the research team regarding life in Rio de Janeiro's favelas. Furthermore, the work shows the contribution of this report in the recognition of favelas as a working-class housing form, while trying to minimize the existing prejudice about these territories.*

**KEYWORDS:** Social Conflict. Slums. Urban History. Rio de Janeiro. SAGMACS.

## INTRODUÇÃO

**ESTE ARTIGO TEM** como objetivo analisar os resultados apontados pelo estudo dos “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, elaborado entre 1957 e 1959 pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro. A partir do relatório publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, em 1960, o artigo adota como fonte documental o relatório produzido pela equipe da SAGMACS, sob supervisão de Louis-Joseph Lebreton e do sociólogo José Arthur Rios. Assim, possibilita a discussão dos espaços sociais e organizações populares encontradas pela SAGMACS sobre os territórios das favelas<sup>1</sup>, situando a atuação da equipe e sua colaboração no entendimento sobre a vida urbana nestes territórios.

Para além do relatório da SAGMACS, numa abordagem historiográfica, aponta-se que outros estudos sobre as favelas cariocas ainda repercutem em dias atuais, expondo esta modalidade de moradia como um problema urbano, social e econômico. Por sua vez, a repercussão desses estudos insere a população moradora destes bairros junto à agenda dos problemas brasileiros, na ordem dos temas de moradia, desigualdade social e precariedade das relações de trabalho. Revela-se, assim, a ineficiência dos programas de remoção e a permanência do incômodo sobre a existência das favelas, ainda que esta forma de ocupação se faça presente na paisagem da cidade do Rio de Janeiro, desde o início do século XX.

Segundo Valladares (2000), a transformação da favela em um problema data do início do século XX. A autora reconstitui narrativas construídas a partir da visão acadêmica sobre a favela carioca, resgatando “[...] uma história social da favela e seu merecido lugar em nossa história política e social [...] recorrendo aos discursos de cada época e expondo a multiplicidade de olhares e interpretações que nos foram legados por jornalistas, médicos, engenheiros e urbanistas” (VALLADARES, 2000, p. 6). Se por um lado o tema expõe uma visão distanciada da realidade social, preconceituosa e generalista em relação ao tratamento dado à favela por outro, observa a contribuição para denunciar as mazelas sociais e econômicas que a população destes bairros é exposta diariamente.

A autora aponta para as primeiras tentativas de enfrentamento da moradia nas favelas, destacando que, em 1930 “Agache [...] denuncia o perigo representado pela permanência da favela” abrindo espaço para que o Código de Obras de 1937, proibisse “[...] a criação de novas favelas [...] dispondo-se a administrar e controlar seu crescimento”<sup>2</sup>. Assim, a extinção das favelas é incorporada à agenda do prefeito Henrique Dodsworth, em 1937, ao retomar intervenções urbanas previstas no Plano de Agache, apresentando como proposta a criação dos Parques Proletários, que visavam transferir moradores de favelas para alojamentos provisórios, viabilizando assim a política de remoção destas áreas.

No mesmo período, o tema da favela é discutido no I Congresso Brasileiro de Urbanismo, realizado no Rio de Janeiro em 1941. O discurso vigente no evento

é apontado por Outtes (2019, p. 110), que destaca os trabalhos apresentados pelo diretor da Revista Urbanismo e Viação, o engenheiro Francisco Batista de Oliveira, também por Henrique Neves Lefevre, Luiz Castro Dodsworth Martins e, dos membros do Rotary Club, José Mariano Filho, Alberto Pires do Amarante e Américo Campelo. Destaca ainda as palavras de José Mariano Filho, que presidia a comissão executiva do congresso e, ao referir-se as favelas, afirma “que se o congresso pudesse conseguir sua extinção, seria uma vitória”.

“A relação entre os planos e normas de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro e os programas para as favelas, sobretudo no que diz respeito às ações governamentais de remoção e reassentamento, no período de 1930-1964”, são apresentados por Rodrigues (2020, p. 3). Olhando para a localização destes lugares de moradia popular, a autora aponta que: “[...]até a década de 1930 as favelas mais populosas da cidade do Rio de Janeiro não estavam nos subúrbios”, sendo os subúrbios ocupados por trabalhadores ligados ao serviço público, comércio, militares e profissionais liberais. Conforme Albernaz e Mattoso (2019, p. 97) “[...] os cortiços e favelas se adensavam como alternativa de moradia para a população mais pobre”.

Segundo a pesquisa da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS..., 1960a, p. 5), “[...] até 1933, surgem barracos nos morros da Providência, Salgueiro, Arrelia, Cantagalo e Babilônia”. Dessa forma, “[...] as favelas começam a se multiplicar entre o centro e a zona norte”. Porém, os autores destacam que as favelas não teriam atingido tal extensão e se transformado em “[...] verdadeiras vilas dentro da cidade, se não respondessem a condições normais de vida de grande parte de nossa população”. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corrobora com a ideia de que as “[...] as favelas haviam se multiplicado de preferência entre o centro e a parte norte, em função dos mercados de trabalho ali desenvolvidos” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1953, p. 7). Fato que permite a percepção desta modalidade de ocupação territorial como modalidade de viabilidade de moradia popular urbana na capital do país.

Nesta direção de entender a moradia na favela, destaca-se a existência de trabalhos produzidos anteriormente ao relatório da SAGMACS, tais como: o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento, em 1942; o estudo “Favelas do Distrito Federal” produzido pelo médico Victor Tavares de Moura, em 1943; e o livro publicado pelo Ministério da Agricultura em 1957, assinado por José Alípio Goulart. Além da importante contribuição do Censo sobre as Favelas, elaborado pela Prefeitura do Distrito Federal em 1947, que contribuiu com informações para a base de dados do trabalho realizado pela SAGMACS.

Assim, este artigo analisa, a partir do relatório “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, o espaço encontrado pela SAGMACS sobre os territórios das favelas no Rio de Janeiro, situando a atuação da equipe e sua colaboração no entendimento sobre a vida nestes territórios. O estudo da atuação da SAGMACS

no Rio de Janeiro é importante, pois, conforme Valladares, o trabalho trouxe aspectos inovadores, uma vez que, até então, “pouquíssimos eram aqueles que subiam os morros e tinham a oportunidade de ver de perto – e de dentro – uma favela”, (VALLADARES, 2000, p. 15). Fato enfrentado pela SAGMACS, que levou a equipe de pesquisadores a desvencilhar os territórios de 41 das 58 favelas cariocas<sup>3</sup>.

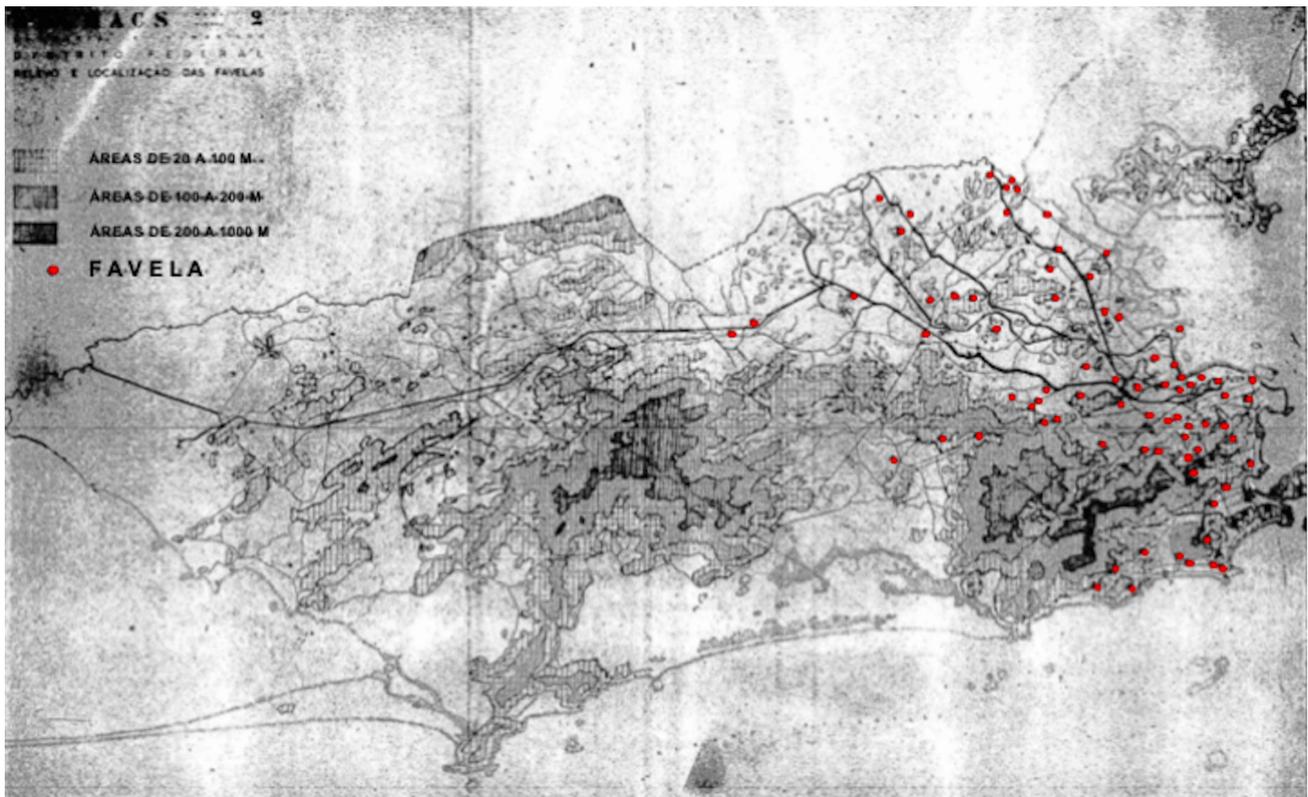
Em certa medida, o trabalho da SAGMACS possibilitou desconstruir a mitificação da favela como problema, empregando a observação, as entrevistas diretamente com a população e a pesquisa etnográfica – está, especificamente em duas áreas: a Favela do Vasco e o Parque Proletário da Gávea. Ao mesmo tempo, abriu espaço para a exploração desta temática como uma questão de urbanismo e de planejamento territorial no Brasil. Para esta abordagem, neste artigo, foi utilizada a pesquisa documental como método, com a análise do relatório elaborado pela SAGMACS e publicado pelo jornal O Estado de São Paulo em 1960. Além disso, apoiou-se em revisão bibliográfica acerca da temática referente à formação e institucionalização do quadro do urbanismo no Brasil, bem como do percurso histórico de estudos sobre a favela e sua estigmatização como problema.

## **O CRESCIMENTO DAS FAVELAS EM MEIO A EUFORIA DESENVOLVIMENTISTA E A CRENÇA NO PLANEJAMENTO NO BRASIL DOS ANOS 1950**

A primeira metade do século XX reservou importante crescimento populacional às cidades brasileiras, sobretudo as antigas capitais de província. No Rio de Janeiro, a população residente em favelas também crescia – porém, em taxas superiores ao restante da cidade, de forma que o Censo das Favelas, realizado pela Prefeitura em 1948, apontava 139 mil moradores vivendo nestas áreas, o que correspondia a 7% da população. Frente a esta constatação Gonçalves (2013, p. 2) afirma “que as favelas acompanharam as fronteiras de expansão urbana, motivadas ora pelas atividades industriais ora pelas imobiliárias”. De forma que, esses “[...] habitantes participavam ativamente do processo de reprodução do capital e do desenvolvimento urbano, mas, paradoxalmente, não tinham pleno direito à cidade que ajudavam a erigir” (GONÇALVES, 2013, p. 2).

Em paralelo a esse crescimento das favelas, os anos de 1950 no Brasil consistiram em um período em que se acreditava nas possibilidades do planejamento como atribuição privilegiada do Estado. Era “momento de um otimismo modernizador, que se insere no quadro do chamado nacional desenvolvimentismo e expressa também no Plano de Metas, na criação da SUDENE, na mudança da capital para Brasília”, tendo a “[...] convicção de que o controle público era possível [...] e que tornar eficiente a organização territorial fosse um caminho para superar as desigualdades regionais” (FELDMAN, 2009, p. 1).

Outros autores remontam o início deste processo aos anos de 1920 e 1930, quando se iniciava o ato de “[...] grandes mudanças nas estruturas



**FIGURA 1** – Mapa com a localização das favelas no Rio de Janeiro em 1957.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, a partir de reprodução do mapa de relevo e localização das favelas do Distrito Federal, apresentado pela SAGMACS, conforme *Jornal O Estado de São Paulo*, publicado em 15/04/1960, p. 37.

intra-urbanas das aglomerações brasileiras” (QUINTO JUNIOR, 2008, p. 50), e também ao início do processo de institucionalização do quadro do urbanismo no Brasil. Valladares (2000, p. 15) expõe que “ao longo da década de 1920 [...] os problemas urbanos – moradia, saneamento, circulação – cedem lugar à concepção mais sistêmica de cidade, que emerge como objeto de uma nova disciplina científica: o urbanismo.” Fato constatado também por Fernandes (2012, p. 47), como “[...] um processo que se constrói [...] e se consolida a partir dos anos 1920 e 1930”, apontado como: “espaço intelectual e espaço prático que se dedica a conhecer, conceber e gerir os processos de crescimento das cidades, implementado por um corpo de profissionais dotado de competência técnica, estética e política”.

A presença dos consultores e urbanistas estrangeiros também é destacada no período. Leme e Lamparelli (2001, p. 676) apontam para “[...] a importante influência das concepções urbanísticas internacionais”. Dentre os estrangeiros, Valladares (2000) destaca a atuação dos franceses Alfred Agache (no início dos anos 1930) e Louis-Joseph Le Bret<sup>4</sup> (no final da década de 1950) em trabalhos que consideraram as favelas como territórios de moradias populares da cidade do Rio de Janeiro.

Diante desta abertura para a atuação de profissionais de urbanismo e do trabalho de estrangeiros, “[...] em 1941, durante o I Congresso Brasileiro de Urbanismo, já se pedia um estudo completo das favelas, através do qual fosse

possível conhecer os aspectos gerais e particulares do problema” (VALLADARES, 2000, p. 20). Ancorada na atuação dos estrangeiros, a autora destaca a visão de Agache sobre a favela, nos anos 1930, vista como “[...] uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea, que escolheu [...] o alto dos morros, composta [...] de uma população meio nômade, avessa à toda e qualquer regra de higiene”. Sobre os apontamentos de Agache, a autora destaca que, apesar da visão preconceituosa e coincidente com a dos autores que personificavam a favela como um problema, o urbanista francês:

[...] parece ser um dos primeiros a perceber que elementos exteriores à pobreza também atuavam como explicativos da ida para a favela assim como os tramites burocráticos vinculados à atividade de construção e a própria atitude dos poderes públicos e da administração municipal vis a vis a habitação popular e os pobres. A esse entendimento ainda se vem juntar a sua percepção do social, significando um avanço em relação aos observadores que o antecederam (VALLADARES, 2000, p. 18).

Já em relação a Le Bret, a autora aponta que a publicação do Censo de 1950, pelo IBGE, tornou possível um melhor estudo da população do Rio de Janeiro – através de variáveis como a localização, a raça, o grau de instrução, a religião, os processos migratórios e as atividades econômicas – de forma, inclusive, a “[...] obter os mesmos dados por favelas, revelando toda a complexidade deste universo” (VALLADARES, 2000, p. 24). “Esse aspecto, é dos mais importantes, porque o administrador [...] atua sobre seres humanos e não sobre números” (SAGMACS..., 1960a, p. 3). Além disso, Magalhães (2010) chama a atenção para as características urbanísticas das favelas, uma vez que “a construção desses territórios se dava a partir de uma adaptação contínua pelos moradores de seus barracos e dos poucos espaços públicos restantes às suas necessidades”, permanecendo assim, “[...] em contínua mutação” (MAGALHÃES, 2010).

Segundo Valladares (2000, p. 25), o estudo dos “Aspectos Humanos da Favela Carioca” pode ser considerado a “[...] primeira grande investida de trabalho de campo nas favelas do Rio de Janeiro realizada por sociólogos que seguem os modernos preceitos dos métodos de investigação”. Tendo na pesquisa de Rios e Le Bret o marco inicial para “a história da pesquisa das ciências sociais nas favelas”.

O estudo “Aspectos Humanos da Favela Carioca” foi iniciado em 1957 e finalizado em 1959, pela equipe da SAGMACS. Os resultados foram publicados em abril de 1960, em edições do jornal O Estado de São Paulo (13 e 15 de abril de 1960) e a Tribuna da Imprensa, em suplementos que levavam o nome do trabalho realizado pela SAGMACS. O relatório – apresentado num total de 87 páginas, 33 gráficos, 13 croquis e 7 mapas – revelou um importante diagnóstico sobre as formas de habitar nas favelas do Rio de Janeiro, e abriu campo para “[...] uma nova literatura baseada em um conhecimento menos de impressão e mais de fundamento, fazendo uso de diferentes metodologias de pesquisa e de dados oficiais combinados à observação sistemática” (VALLADARES, 2000, p. 25).

É importante explicitar que, o relatório publicado em suplementos do jornal “Estadão”, de 13 e 15 de abril de 1960, traz o resultado final da pesquisa da SAGMACS, não tendo sido analisado, neste artigo, demais materiais utilizados pela equipe à época – como anotações de campo, croquis, etc. Isso porque, o acervo remanescente que pertenceu a antiga SAGMACS, se encontra depositado na biblioteca do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (conhecida popularmente como FAU Maranhão)<sup>5</sup>. Esta biblioteca dispõe apenas do exemplar final do relatório “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, não possibilitando assim, a análise de possíveis documentos secundários.

## A CRIAÇÃO DE ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS E A INSERÇÃO DA SAGMACS NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA DÉCADA DE 1950

Os problemas decorrentes do crescimento das cidades e das aglomerações urbanas presentes no pós-guerra no Brasil, fomentaram o debate nos anos 1950, como uma extensão dos problemas discutidos no seio da questão do desenvolvimento econômico e da industrialização do país. Tanto os problemas quanto a discussão destas questões no Brasil, se deram no bojo do capitalismo incipiente e as permanentes dificuldades de modernização do país.

No quadro da institucionalização do urbanismo no Brasil, percebe-se, neste período, o debate sobre a identidade nacional, industrialização, criação de cursos de arquitetura e urbanismo, abertura para atuação de estrangeiros como consultores, além da estruturação dos departamentos de obras e urbanismo nos quadros das prefeituras, permitindo a institucionalização do planejamento enquanto ferramenta de modernização do país. Além disso, Faria (2020) aponta a criação da Associação Brasileira de Municípios (ABM), em 1946, que amplia o espaço para discussão dos problemas urbanos. As instituições de urbanismo ganham peso para imbricar-se neste campo.

É neste contexto que se abre espaço para a atuação de órgãos voltados a prestarem assistência técnica aos municípios, órgãos estatais e governos estaduais, ocupando espaço no debate acerca do planejamento urbano e regional. Assim, além da fundação da SAGMACS por Lebrecht em julho de 1947, foram criados, durante o mesmo período, outros organismos voltados à assistência técnica, como a Fundação Getúlio Vargas – FGV (1944), o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (1952), o CEPEU – Centro de Estudos e Pesquisas Urbanísticas, vinculado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1955) e o CEPUR – Centro de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional, dentro da Universidade do Recife (1955).

No período de fundação da SAGMACS, a cidade do Rio de Janeiro sediava a capital do país, embora a cidade de São Paulo já se figurava como principal sede da produção industrial, que absorvia intenso incremento populacional. O acelerado processo de industrialização de São Paulo permitiu superar a população do Rio de Janeiro, se tornando a maior cidade do país na década de 1950. Mesmo

assim, a atuação da SAGMACS no Rio de Janeiro era vista como de extrema importância por Lebret, pois, em 1947, a capital sediava o centro das decisões políticas e do governo federal do país.

Devido às condições econômicas, Lebret enxergava em São Paulo, e no Brasil, o campo fértil para a expansão do Centro de Economia e Humanismo na América Latina, tentando empregar seus métodos de análise para desvendar os problemas do subdesenvolvimento e abrir espaço para um modelo de economia mais harmônica<sup>6</sup>. O Economia e Humanismo foi fundado em Lyon, na França, em 1941 por Lebret, com o apoio do economista François Perroux, dos empresários René Moreaux e Alexandre Dubois e dos padres Marie-Reginald Loew e Henri Désroches, além de outros intelectuais católicos. Em meio a estes anseios e expectativas, a metodologia de trabalho do grupo foi debatida por Lebret, Désroches, Thomas Suavet e André Lauthere, definindo os escalões de análise que partiam da análise comunitária no território, buscando maneiras de proceder com a interpretação da realidade social e econômica.

A SAGMACS foi fundada em julho de 1947, na cidade de São Paulo, como um organismo vinculado ao Economia e Humanismo francês, cuja matriz de fundação na França, em 1941, era a discussão do 'desenvolvimento econômico harmônico' a fim de se viabilizar uma terceira via, opondo-se tanto ao capitalismo, quanto ao socialismo. Além disso, visava conferir enfoque científico da economia política e renovar a doutrina social da igreja Católica. Conforme demonstrado, em sua origem na França, o Economia e Humanismo contava com a participação de profissionais das áreas de economia, filosofia e sociologia. Já no Brasil, a SAGMACS contou, desde sua origem, com profissionais da área de engenharia, permitindo, assim, a vinculação com a pesquisa urbana e o planejamento territorial.

No momento de fundação da SAGMACS, Lebret contou com o apoio de Lucas Nogueira Garcez, Luiz Cintra do Prado e do frei Benevenuto de Santa Cruz. A equipe coordenada por Lebret iniciou as atividades sediada junto ao Jockey Club de São Paulo, e realizou o primeiro trabalho tendo foco na questão da moradia, a partir da pesquisa "Sondagem a um estudo preliminar sobre a habitação em São Paulo" (de 1947) – que analisava as diferenças da estrutura residencial entre uma cidade industrial sul-americana e as cidades industriais francesas. O trabalho foi publicado em 1951, pela Revista do Arquivo Histórico de São Paulo. Além desta primeira pesquisa, a SAGMACS realizou também, em seu início, uma investigação sobre as condições de vida dos trabalhadores do Jockey Club (1947), abrangendo um relatório sobre as condições das crianças abandonadas na cidade e no estado de São Paulo (1947-1948) e um estudo sobre os hábitos culturais dos estudantes universitários de São Paulo (1948)<sup>7</sup>.

Diante das possibilidades de articulação com os poderes locais e regionais e com o governo federal, a SAGMACS inseriu-se no campo do urbanismo e do planejamento territorial a partir do trabalho junto à Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai – CIBPU<sup>8</sup>, criada em 1952, por meio de um convênio de

cooperação entre os estados que integravam a Bacia Paraná-Uruguai – São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. Em meados da década de 1950, contou com o apoio do engenheiro Antônio Bezerra Baltar, e do sociólogo José Arthur Rios, que atuavam, respectivamente, em Recife e no Rio de Janeiro.

A atuação da SAGMACS e sua inserção no campo do planejamento foi estudada por Cestaro (2019, p. 148), que distingue “três fases distintas na atuação”. Para o autor, a primeira fase foi a de constituição do órgão, dada nos anos iniciais do grupo, entre 1947 e 1952. Esta fase contou com os engenheiros Lucas Nogueira Garcez e Luiz Cintra do Prado, no mesmo período em que a equipe era sediada no Jóquei Clube de São Paulo. A segunda ocorreu a partir de 1952, “quando a instituição é contratada pelo governador Garcez para atuar junto a CIBPU, realizando o estudo ‘Problemas de Desenvolvimento: Estudo das necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo’” (CESTARO, 2019, p. 148). De acordo com o autor: nesta fase, o desenvolvimento urbano e regional passou a figurar como tema de interesse e constituiu trabalhos junto a SAGMACS, destacando-se a elaboração do “Plano Diretor para a cidade de Ourinhos” (1954), o estudo sobre os “Polos para o Desenvolvimento do Estado do Pernambuco” (1954) e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana”, (1956-1958) realizado para a Prefeitura de São Paulo. Seguindo a periodização de Cestaro (2019), a pesquisa sobre os “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, realizada entre os anos de 1957 e 1959, está inserida nesta fase.

A terceira e última fase “consistiu no distanciamento de Le Bret [...] e na alteração do Estatuto da instituição, que passou a ser uma cooperativa de técnicos” (CESTARO, 2019, p. 149). Além do distanciamento de Le Bret, nota-se também o afastamento de alguns atores da equipe – como os arquitetos Celso Lamparelli, Domingos Teodoro de Azevedo Neto, Francisco Whitaker Ferreira e o engenheiro Mario Laranjeira de Mendonça – que, em 1959, foram compor quadros técnicos junto ao Grupo de Planejamento do governo de Carvalho Pinto em São Paulo (LEME; LAMPARELLI, 2001, p. 685). Nesta terceira fase, ocorreu a contratação da SAGMACS pela Companhia de Desenvolvimento Paranaense (CODEPAR) para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Paraná, em 1963, além do desenvolvimento de planos diretores para Belo Horizonte (1963), Sorocaba (1963) e Barretos (1963); e estudos para modernização de serviços públicos nos estados de São Paulo (1961, 1962 e 1963) e Mato Grosso (1962).

Como pode ser visto, a atuação da SAGMACS no Rio de Janeiro limitou-se à pesquisa sobre a favela carioca, enquanto que em Pernambuco, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, foram realizados ao menos vinte trabalhos pela equipe de Le Bret. Ainda que a atuação no Rio de Janeiro tenha se limitado a analisar os “Aspectos Humanos da Favela carioca”, foi esta a pesquisa que possibilitou uma incursão de Le Bret e da SAGMACS à antiga capital federal do país, e também a aproximação com D. Helder Câmara, que em 1964, seguiu para Pernambuco nomeado arcebispo de Olinda e Recife.

## O RELATÓRIO SOBRE A FAVELA CARIOCA PUBLICADO NO “ESTADÃO”



**FIGURA 2 (A E B)** – Reprodução da capa do suplemento especial publicado pelo Jornal Estado de São Paulo em 13 e 15 de abril de 1960.

**Fonte:** Reprodução do encarte especial do Jornal Estado de São Paulo, consultado na Biblioteca Central da Escola de Engenharia de São Carlos/USP. Disponível para consulta online em Jornal Estado de São Paulo: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600413-26060-nac-0037-epl-1-not>

Conforme exposto, o estudo dos “Aspectos Humanos da Favela Carioca” foi realizado entre 1957 e 1959 pelos membros da SAGMACS vinculados ao escritório do Rio de Janeiro, que era chefiado pelo sociólogo José Arthur Rios e que, a princípio, tinha ligação com a Fundação Leão XIII e a Cruzada de São Sebastião, instituições vinculadas à igreja católica, sendo que a última contava com a participação de D. Helder Câmara (bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, no período de 1952 a 1964). O período de pesquisa sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro coincide com o término do contrato da Prefeitura de São Paulo com a equipe de Lebrecht para elaboração do estudo “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” (1958), trabalho que, à época, envolveu cerca de oitenta agentes, entre pesquisadores, técnicos e profissionais (CESTARO, 2019).

No Rio de Janeiro, a equipe de pesquisa foi orientada por Lebrecht e dirigida tecnicamente por Rios, que, após o término deste trabalho, recebeu convite para dirigir o Serviço Especial de Reabilitação das Favelas e das habitações insalubres (SERFHA) - órgão criado no governo de Carlos Lacerda para atuar sobre ‘o problema das favelas’. Além de Rios e Lebrecht, o estudo teve como coordenadores os sociólogos Carlos Alberto Medina, Ailza Barbosa de Araújo e o arquiteto Hélio

Modesto. A equipe de pesquisadores era formada por Antonio Assimos, Aryvalde Ferreira da Silva, Carlos Morais, Elias Pessoa de Carvalho, Élio Moulin, Hebe Vainier, Ilka Leite, Jorge Miramar Moreira, José Maria Lopes, José Sampaio, Laerte Marques Lima, Luiz Alvear Palermo, Maria do Carmo Pereira, Milton Santos, Nilda Moreira de Deus e Regina Maria Novais de Almeida, contava ainda com desenhos de Maria Cândida Pedrosa<sup>9</sup>.

As pesquisas desenvolvidas pela SAGMACS, durante a década de 1950, destacavam em seus encartes a descrição dos procedimentos metodológicos empregados. Esta característica também é notória no trabalho realizado sobre as favelas do Rio de Janeiro, trazendo no relatório a explicitação destes métodos, não em um capítulo específico, mas descrevendo os mesmos em todo o estudo. Explicita-se assim, no capítulo II da primeira parte, a justificativa para adoção dos números do Censo do IBGE, de 1950, sobre os 169.954 moradores em áreas consideradas como favelas, adverte também sobre as dificuldades de comparação deste com o Censo das Favelas realizado pela Prefeitura em 1948 (SAGMACS..., 1960a, p. 7). Apesar disso, tanto os dados do Censo das Favelas, quanto os do IBGE, foram utilizados pela SAGMACS para definir o universo de amostragem.

A pesquisa sobre as favelas cariocas pretendia ser capaz de fornecer novos e concretos dados sobre a favela como forma de ocupação urbana e resultado da precarização da cidade. Buscava “[...] conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção da vida, de si mesmo e da cidade em que habita” (SAGMACS..., 1960a, p. 3). O propósito da realização da mesma, era o de apresentar como viviam essas aglomerações de trabalhadores ou precarizados “[...] que se multiplicavam no Rio de Janeiro sob a pressão de forças sociais e econômicas”.

Os autores não visavam “[...] repetir análises quantitativas, mais ou menos precárias, pela própria instabilidade dos grupos estudados e pelo seu vertiginoso crescimento” uma vez que, segundo o relatório, faltava “[...] um Caderno das favelas que atualizasse os dados do Censo de 1950” (SAGMACS..., 1960a, p. 3), sendo necessária “[...] a compreensão da vida na favela impõe a descoberta e o delineamento das suas camadas sociais” (SAGMACS..., 1960b, p. 3). De forma que “[...] a vida familiar só se torna inteligível quando analisada contra esse fundo de diferenciações sociais”.

A publicação dos resultados foi feita em dois encartes pelo Jornal O Estado de São Paulo – chamados de Parte Geral, publicada na edição de 13 de abril de 1960, em suplemento com 40 páginas, e Parte Específica, em 15 de abril, em suplemento com 47 páginas. Segundo o jornal, o objetivo era “chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenômeno tão característico dos grandes centros urbanos do Brasil, que se manifesta de forma mais evidente no Distrito Federal” (SAGMACS..., 1960a, p. 2).

A apresentação do primeiro encarte (Parte Geral) divide-se em três partes, que contam com 40 páginas. A primeira parte traz a Introdução e os Aspectos Gerais, e conta com dois capítulos: um destinado à análise dos fatores sociais e econômicos das favelas e o outro voltado à análise demográfica da população favelada – este capítulo analisa os números apresentados pela Prefeitura, no Censo das Favelas (em 1948), e pelo Censo do IBGE em 1950, e explicita a adoção dos números do IBGE como base para análise dos locais pela equipe, ainda que esboce crítica ao fato de não haver “qualquer diferenciação quanto à implantação [...] em morros, ou praias, em aterrados ou alagadiços [...] o tipo de habitação, a condição de ocupação da área e a ausência de melhoramentos públicos” (SAGMACS..., 1960a, p. 7). A 2ª parte apresenta onze capítulos: I – Características Gerais e Origem das Favelas, II – Implantação e Problemas de conjuntos, III – O barraco, IV – Nível Sanitário, V – Medicina Popular, VI – A instrução, VII – Vida na favela, VIII – Formas de solidariedade, IX – Recreação, X – Delinquência e XI – Vida Religiosa. A terceira parte conta com dois capítulos, sendo um voltado a apresentar soluções e o outro de conclusões sobre o trabalho.

A Parte Específica, disposta em 47 páginas de suplemento do jornal, analisa de forma mais completa os dados obtidos na Parte Geral do estudo. Está dividida em três partes: a primeira, intitulada de “Família, Educação e Delinquência nas Favelas”, apresenta três capítulos, sendo cada um dedicado aos temas constantes no título desta parte. Destaca-se o trabalho realizado no capítulo III, sobre a tipificação da delinquência nas favelas e os grupos de atividades criminosas encontradas. A segunda parte se volta à análise das condições políticas da favela, e intitula-se “processos da demagogia na favela”, buscando assim analisar as relações de representatividade dos moradores da favela no legislativo do Distrito Federal. A terceira parte se volta à exposição sobre a “Urbanização do Distrito Federal e sua repercussão sobre o problema das favelas”.

A SAGMACS aponta como metodologia para a realização do trabalho o uso da observação e da entrevista. Justificando a opção pela observação causal como “[...] um meio extremamente fecundo de coleta de dados se o observador for devidamente treinado para surpreender os fatos do cotidiano sob o ângulo sociológico” (SAGMACS..., 1960a, p. 3). Aponta ainda que “[...] a entrevista livre, embora absorva mais tempo do pesquisador e exija uma formação adequada, permite que o informante forneça fatos e explicitações, isto é, sua maneira própria de ver os problemas que o afetam” (SAGMACS..., 1960a, p. 3), defendendo que o trabalho teria que trazer mais do que dados demográficos e expondo que, o mais importante nesta pesquisa, seria “[...] indicar as bases da generalização, os limites em que se delinea uma certa conduta típica”.

Para Mello *et al.* (2012, p. 5) “o traço mais marcante do estudo como um todo, [...] se refere à abordagem do tema, combinando métodos quantitativos e qualitativos num trabalho interdisciplinar até então inédito.” Para o autor, a observação direta dos pesquisadores sobre as comunidades analisadas, bem como os dados levantados e analisados, “[...] permitiram evidenciar, já em

1960, a heterogeneidade e a complexidade das favelas cariocas” (MELLO *et al.*, 2012, p. 5).

Para tanto, a equipe buscou primeiro “[...] conhecer superficialmente um determinado número de favelas de diferentes zonas da cidade, para aprender numa observação sumária, suas características essenciais” (SAGMACS..., 1960a, p. 3). A partir desta análise superficial sobre várias áreas, e diante da “ausência de monografias [...] ou de um estudo geral que, ao menos, tivesse estabelecido uma tipologia das favelas” (SAGMACS..., 1960a, p. 17), o relatório apresenta as características de 16 favelas, localizadas “[...] pelas principais zonas do Distrito Federal: o norte, o subúrbio, o centro e o sul” escolhendo “[...] favelas nas principais vias de acesso, ao longo da Presidente Dutra, da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Estrada de Ferro Leopoldina” (SAGMACS..., 1960a, p. 17).

Assim, o primeiro capítulo da segunda parte do estudo apresenta as características gerais e o histórico das favelas, partindo da análise de dezesseis delas. Foram analisadas as favelas do Escondidinho e do Morro da Providência, na região central; as favelas do Cantagalo, da Praia do Pinto, Rocinha, Morro do Telégrafo e o Parque Proletário da Gávea, na zona sul; e, na região norte, as favelas Jacarezinho, Barreira do Vasco, Cordovil, São Carlos, Esqueleto, Vila do Vintém, Bonsucesso, Rádio Nacional e Parada de Lucas. As entrevistas mais aprofundadas foram realizadas em sete delas: Barreira do Vasco, Cantagalo, Jacarezinho, Mangueira, Praia do Pinto, Rocinha e São Carlos. Conforme já exposto, definiram-se duas favelas como recorte para aplicação da pesquisa etnográfica: a Barreira do Vasco, localizada na zona norte e, que segundo o Censo de 1950, contava com 6.046 moradores; e o Parque Proletário da Gávea, onde moravam 4.900 pessoas inseridas na zona sul.

A escolha sobre estas duas favelas deve-se ao entendimento de que: estas pareciam mais representativas de uma determinada evolução desse tipo de coletividade urbana, uma vez que “[...] já cristalizaram relações e se definiram camadas sociais” (SAGMACS..., 1960a, p. 17). A escala dessas favelas também foi considerada, uma vez que as mesmas eram “relativamente pequenas”. Destaca-se, ainda, a atuação forte da Fundação Leão XIII na Barreira do Vasco e da Prefeitura no Parque Proletário da Gávea. Além disso, o Parque Proletário da Gávea também despertou interesse da equipe devido ser resultado da experiência de reconfiguração urbana, empreendida pela Prefeitura no início dos anos 1940, na gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945), com a finalidade de remover as favelas e ocupações precárias no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas<sup>10</sup>.

Para alimentar a base de dados, e possibilitar uma análise mais aprofundada pela equipe, cabe lembrar que, em 1948, a Prefeitura do Distrito Federal elaborou o Censo das Favelas, revelando a existência de 105 núcleos com tais características e uma população de 138.837 habitantes, número que correspondia a cerca de 7% da população total da cidade à época (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1949). Em 1950, o IBGE coletou os dados demográficos da população destas áreas para o Censo, que revelou que o número de

moradores era de 169.954, cuja projeção para 1960 apontava para o dobro de moradores vivendo nestes territórios. A SAGMACS foi além e considerou as projeções do IBGE, incrementou os dados incorporando a projeção da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 1952 e do Serviço Nacional de Febre Amarela para 1960, apontando assim para uma estimativa de 830.000 moradores em favelas, que corresponderia a um quarto da população.

As entrevistas mais aprofundadas incluíram a aplicação de questionários, tanto para moradores, quanto para pessoas que tinham alguma ligação com a favela, tais como professores e dirigentes de escolas municipais, que tinham entre seus alunos, crianças residentes nestas áreas. E assim, tomando por base o núcleo familiar, indagou-se sobre “as condições materiais, do barraco, da alimentação, do vestuário, dos objetos de uso doméstico, do tempo de lazer; procurando avaliar o grau de estabilidade e permanência do grupo familiar; da segurança; das atitudes; do nível das aspirações de vida.” (SAGMACS..., 1960b, p. 3).

O capítulo II da primeira parte apresenta resultados quanto aos problemas de localização, acesso ao comércio e aos equipamentos comunitários, bem como classificação da qualidade das habitações (chamada no relatório de implantação defeituosa das habitações), e indicadores de saneamento básico. A exemplo de trabalhos anteriores realizados pela SAGMACS – como a “Sondagem a um Estudo preliminar sobre habitação em São Paulo” (1947) e o estudo da “Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana” (1958) –, a equipe adotou escala numérica para ponderar e tipificar o nível de vida dos moradores nas áreas pesquisadas. Assim, a carta B12 (SAGMACS..., 1960a, p. 21), apresenta tabelas sobre o nível sanitário, o nível residencial e o atendimento de demandas pelos equipamentos comunitários existentes. Os apontamentos sobre o nível residencial estão reproduzidos na *Tabela 1*.

**TABELA 1** – Classificação das condições de implantação das habitações e acesso aos serviços, comércios e equipamentos comunitários, conforme apresentado no relatório da SAGMACS.

NÍVEL RESIDENCIAL (Implantação de Conjunto)	Pesos para Notas	Centro			Zona Sul					Zona Norte						
		Centro	Escondidinho	Providência	Cantagalo	Praia do Pinto	Rocinha	Morro do Telegrafo	Parque Proletário da Gávea	Barreira do Vasco	Esqueleto	São Carlos	Jacarezinho	Vila do Vintém	Parada de Lucas	Rádio Nacional
1 Implantação defeituosa das habitações	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	1	0	0	3	1	4
2 Acesso	2	3	0	1	0	3	4	1	3	3	3	2	2	2	3	3
3 Distância das casas em relação:	2	2	0	4	2	4	2	3	3	3	4	4	4	2	2	2
a) aos armazéns																
b) às birosacas	3	4	4	4	4	4	2	4	3	4	4	4	4	4	4	4
c) ao médico	4	3	0	4	4	3	0	1	4	4	3	3	4	2	3	3
d) à farmácia	3	3	0	1	2	4	0	1	4	3	3	3	4	2	3	3
4 Água não potável ou duvidosa	4	3	3	3	3	3	3	1	3	4	3	2	3	3	3	3
5 Quantidade insuficiente	2	2	1	0	1	1	3	2	3	2	3	1	2		2	2
6 Distribuição coletiva	3	2	1	3	2	1	1	0	3	4	2	3	1	2	2	2
7 Ruas com esgoto	3	1	0	0	0	0	0	2	3	3	1	3	3	0	1	1
8 Ausência de canalização de águas usadas	3	2	0	0	0	0	0	3	2	4		0	3	0	2	2
9 Ausência de coleta de lixo	2	2	0	0	0	0	0	2	2	4	0	0	0	0	2	2
10 Serviço de luz elétrica	3	2	1	3	1	3	4	2	2	3	1	4	3	2	2	2
11 Regularidade da distribuição	2	2	2	3	1	3	3	3	3	1	3	3	3		2	2
12 Serviço de alto falante	1	2	0	0	0	2	3	3	3	2	4	0	4	2	2	2
13 Serviços:	3	1	2	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	1	1	1
Centro Social	4				1	1		1	2	1	1	1	1			
Escola	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Posto Policial	3					2	2						2			
Centro de Saúde ou Ambulatório	4			3	3		3	3	3	3		3				
<b>MÉDIA</b>		<b>2,80</b>	<b>1,44</b>	<b>2,85</b>	<b>2,70</b>	<b>3,11</b>	<b>2,24</b>	<b>2,48</b>	<b>3,69</b>	<b>3,98</b>	<b>3,00</b>	<b>3,22</b>	<b>3,61</b>	<b>2,13</b>	<b>2,80</b>	<b>2,80</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir da Carta B12 – Quadro Geral das Notas, do estudo da SAGMACS (1960a, p.21).

## OS ASPECTOS HUMANOS DA FAVELA CARIOCA

Um ponto diferencial do trabalho realizado pela SAGMACS, deve-se ao fato de que o estudo não tratava a favela como um problema em si, mas buscava decifrar como era a vida e a forma de organização do cotidiano nestes espaços, reconhecendo a moradia nas favelas como um dos arranjos para a habitação popular no Rio de Janeiro, sendo resultado de “uma imposição econômica” (SAGMACS..., 1960b, p. 26). Apresentando tabelas, gráficos, croquis e levantamento iconográfico, buscava elucidar e entender quem eram e como viviam os moradores das favelas do Rio de Janeiro, como o núcleo familiar e comunitário era formado, como se dava a subsistência nestes espaços e quais as relações que existiam entre os moradores da favela e a cidade consolidada, disponibilizando quadros comparativos entre as favelas e os dados existentes sobre a capital federal.

Embora a equipe tenha destacado o desejo de não fazer a mera reprodução dos dados demográficos, o relatório apresenta uma série de dados estatísticos e analisa as condições sociais quanto aos recortes por gênero, raça, nível de emprego, grau de instrução, entre outros dados da população, a fim de tecer comparativos entre as condições de vida dos moradores da favela, em relação aos demais habitantes do Distrito Federal. Para tanto, baseia-se nos índices apresentados pelo Censo de 1950, sem sequer fazer uma atualização destes dados.

No momento da realização do Censo, em 1950, a concentração da população nas favelas do Distrito Federal se concentrava, em sua maioria, na Zona Norte e subúrbios (72%), 25% na Zona Sul e 3% na região central. As maiores favelas, no período, eram Jacarezinho (18.424 moradores na zona norte), Morro da Mangueira (8.942 moradores na zona central), Morro de São Carlos (7.561 moradores na zona central), a Praia do Pinto (7.142 moradores na zona sul), Esqueleto (6.770 moradores na zona norte) e a Barreira do Vasco (6.046 moradores na zona central). De acordo com o Censo do IBGE, em 1950, a distribuição da população por raça, idade e gênero no Distrito Federal, ocorria como descrito na *Tabela 2*.

Embora o levantamento do IBGE tenha possibilitado a análise por gênero, raça e faixa etária, o estudo da equipe de Le Bret adverte que a divisão da população “[...] quanto a cor, em três grandes grupos: brancos, pretos e pardos [...] não buscou, [...] precisões etnológicas.” (SAGMACS..., 1960a, p. 8).

Com base nos números do Censo de 1950, e a partir das visitas e entrevistas realizadas pelos pesquisadores da SAGMACS, o trabalho observa o alto potencial de crescimento destas áreas, visto que a distribuição etária aponta que: 70% dos moradores possuíam idade inferior a 30 anos, enquanto que esta população correspondia a 60% do total do Distrito Federal. Quanto às crianças (de 0 a 4 anos), estas correspondiam a 16% da população da favela, enquanto na antiga capital federal eram 11%. Outro dado relevante percebido diz respeito à distribuição racial, enquanto 70% da população carioca se dizia branca, o número cai para 32% nas favelas, enquanto os negros passam para 38% e os pardos para

30% da população destas áreas. Porém, a análise dos dados estatísticos, embora permita uma visão geral do problema, não representa a explicação definitiva para o fenômeno das favelas, tão pouco expõe as formas de ocupação e modos de vida da população moradora destes territórios.

Para avançar no entendimento sobre as formas de organização da vida social e quem eram os moradores destes territórios, o relatório aponta para informações referentes à escolaridade e ocupação econômica dos moradores (considerando a população com idade superior a 10 anos), mostrando que, enquanto 85% da população carioca sabia ler e escrever, nas favelas este índice

**TABELA 2 –** População da Cidade do Rio de Janeiro dividida por idade, raça e gênero e relação de moradores em favelas conforme apurado pelo IBGE no Censo de 1950.

População do Rio de Janeiro em 1950 dividida por idade, gênero e raça										
Grupos de Idade	Gênero	Brancos		Negros		Pardos		Total		
		Total no D.F.	Moradores nas Favelas	Total no D.F.	Moradores nas Favelas	Total no D.F.	Moradores nas Favelas	Total no D.F.	% no D.F.	% de moradores por segmento somente nas Favelas
0 a 4 anos	Homens	87.511	4.367	16.802	4.869	26.015	4.123	130.328	5,50	7,86
	Mulheres	85.049	4.274	16.555	4.952	25.831	4.178	127.435	5,38	7,89
5 a 9 anos	Homens	69.957	3.002	12.818	3.405	20.199	2.761	102.974	4,35	5,39
	Mulheres	69.038	2.065	13.097	3.363	20.429	2.739	102.564	4,33	4,81
10 a 19 anos	Homens	146.824	5.480	26.690	5.702	42.057	6.099	215.571	9,10	10,17
	Mulheres	150.923	5.429	35.623	6.099	47.001	4.689	233.547	9,86	9,54
20 a 29 anos	Homens	171.932	6.495	29.750	7.163	46.066	5.713	247.748	10,46	11,40
	Mulheres	167.224	5.427	37.871	7.686	47.473	5.471	252.568	10,67	10,94
30 a 39 anos	Homens	132.319	4.323	20.464	5.095	30.479	3.897	183.262	7,74	7,83
	Mulheres	131.872	3.513	23.828	5.068	31.698	3.469	187.398	7,91	7,09
40 a 49 anos	Homens	105.931	2.883	12.729	2.820	18.734	1.973	137.394	5,80	4,52
	Mulheres	98.226	3.284	16.154	3.052	20.723	2.057	135.103	5,71	4,94
50 a 59 anos	Homens	66.447	1.469	6.652	1.204	9.745	848	82.844	3,50	2,07
	Mulheres	65.690	1.341	10.038	1.757	12.340	1.008	88.068	3,72	2,42
60 a 69 anos	Homens	34.454	709	2.862	423	4.149	305	41.465	1,75	0,85
	Mulheres	39.742	742	5.207	837	6.936	493	51.885	2,19	1,22
70 a 79 anos	Homens	10.107	157	779	122	984	53	11.870	0,50	0,20
	Mulheres	16.768	213	2.015	306	2.567	146	21.350	0,90	0,39
Acima de 80 anos	Homens	1.864	32	308	64	255	22	2.427	0,10	0,07
	Mulheres	5.042	78	1.140	109	1.060	80	7.242	0,31	0,16
Idades Ignoradas	Homens	1.800	86	455	92	527	81	2.782	0,12	0,15
	Mulheres	2.059	67	687	119	667	81	3.413	0,14	0,16
<b>Total no Distrito Federal</b>		<b>1.660.779</b>	<b>55.436</b>	<b>291.837</b>	<b>64.307</b>	<b>415.268</b>	<b>50.205</b>	<b>2.365.825</b>	<b>100,00</b>	<b>7,00</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir das Tabelas A-10 e A-11 do estudo da SAGMACS (1960a, p. 8).

caía para 61% dos moradores, sendo que 39% deles dizia não saber ler e nem escrever, número que, na cidade do Rio de Janeiro, correspondia a 15% da população. O recorte por faixa etária revela uma população economicamente ativa em percentual inferior nas favelas em relação ao total da população carioca, sendo 72% dos moradores das favelas e 83% dos moradores do Distrito Federal. Esta diferença deve-se ao fato do elevado número de crianças, com idade inferior a 10 anos, morando nas áreas de favelas; indicam também para um grau maior de precariedade nos contratos de trabalho, fato que dificultava o enquadramento do trabalhador em uma das categorias levantadas (Tabela 3).

Em relação ao expressivo número de crianças, a pesquisa buscou desvendar os hábitos deste segmento entrevistando 798 delas, almejou, também, verificar sua relação com a escolarização, apontando que “[...] a escola certamente impõe a estas crianças uma rotina de vida, de horário, de refeições, que não se estende a outras crianças” (SAGMACS..., 1960b, p. 11). Isso devido ao fato de “[...] a vida da criança na favela ter encargos e horários de adultos [...] sendo grande o número de crianças que acordam de 3 às 5 e de 5 às 6 da manhã” (SAGMACS..., 1960b, p. 11). Acrescenta-se ainda, aos aspectos sobre a infância nas favelas, os hábitos alimentares das crianças, apontando, a partir da pesquisa com 1.945 crianças, que “[...] os alimentos preponderantes na dieta [...] são o feijão e o arroz, vindo depois a batata, os legumes e, por último a carne”.

Quanto a situação escolar, a pesquisa se estendeu aos professores de escolas municipais onde as crianças entrevistadas frequentavam. Constatou-se o forte preconceito existente em relação a estes alunos através de relatos reproduzidos no estudo, em que se aponta o apelo de professores à falta de disciplina e referência à falta de educação destes, constatando-se também o alto índice de desistência e evasão escolar entre as crianças que moravam nas favelas, além da sonolência e cansaço durante as aulas. Além das conversas informais com os professores, a SAGMACS também aplicou questionário – apresentado como anexo da Parte Geral (do primeiro encarte). O questionário conta com 29 questões que tratam desde a formação do educador e o tempo de experiência do entrevistado, nesta e em outras escolas, até sobre as preferências por campos disciplinares, e sua opinião sobre o que deveria ser ensinado nas escolas.

O problema da criminalidade e infrações cometidas por crianças e adolescentes também foi analisado, a partir de estudo “[...] de todos os processos referentes a menores, durante os anos de 1957 e 1958, no Juizado de Menores do Distrito Federal, relativos a menores procedentes de favelas ou ali residentes” (SAGMACS..., 1960b, p. 23). Observa-se que dos 214 processos de crimes cometidos por jovens infratores (pessoas com idade inferior a 18 anos), no ano de 1957, 67 processos diziam respeito a moradores de favelas e, em 1958, correspondia a 51 dos processos, de um total de 222. Este dado desmistifica a frequente criminalização dos moradores destas áreas, visto que a maioria dos jovens infratores não se referiam aos que moravam em favelas.

**TABELA 3 –** Distribuição da população empregada por ramos de atividades no Distrito Federal e nas Favelas conforme o Censo do IBGE em 1950.

População empregada por Ramos de Atividade econômica						
Ramo de Atividade/Número de Empregados	No Distrito Federal			Nas Favelas		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Número de Empregados	1.972.673	988.796	983.877	123.135	61.122	62.013
% Empregado por ramo de atividade	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1. Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	822.804 41,70%	118.529 6%	704.275 35,70%	48.103 39,07%	5.317 4,32%	42.786 34,75%
2. Indústrias de transformação	310.665 15,75%	268.856 13,63%	41.809 2,12%	27.292 22,16%	22.718 18,45%	4.574 3,71%
3. Prestação de serviços	230.219 11,67%	101.917 5,17	128.302 6,50%	17.886 14,53%	7.508 6,10%	10.378 8,43%
4. Condições inativas	129.683 6,58%	94.353 4,78%	35.330 1,80%	11.130 9,04%	7.970 6,47%	3.160 2,57%
5. Comércio de mercadorias	123.526 6,26%	109.215 5,54%	14.311 0,73%	5.559 4,51%	5.108 4,15%	451 0,37%
6. Transportes, comunicações e armazenagem	89.949 4,55%	83.741 4,24%	6.208 0,31%	5.890 4,78%	5.834 4,74%	56 0,04%
7. Defesa nacional e segurança pública	78.710 4%	76.611 3,88%	2.099 0,10%	1.997 1,62%	1.970 1,60%	27 0,02%
8. Atividades sociais	71.770 3,65%	39.660 2,00%	32.110 1,63%	2.133 1,73%	1.749 1,42%	384 0,31%
9. Administração pública, legislativa e Justiça	45.584 2,30%	34.405 1,74%	11.179 0,57%	876 0,7%	844 0,68%	32 0,02%
10. Comércio de imóveis, valores imobiliários, crédito, seguro e capitalização	25.683 1,30%	21.799 1,10%	3.884 0,19%	190 0,15%	175 0,14%	15 0,01%
11. Agricultura, pecuária e silvicultura	17.938 0,9%	17.537 0,89%	401 0,02%	190 0,15%	186 0,15%	4 0%
12. Profissões liberais	13.530 0,68%	11.090 0,56%	2.440 0,12%	116 0,09%	71 0,06%	45 0,03%
13. Indústrias extrativas	6.463 0,33%	6.317 0,32%	146 0,01%	1.179 0,96%	1.153 0,94%	26 0,02%
14. Atividades não compreendidas nos demais ramos	6.149 0,31%	4.766 0,24%	1.383 0,07%	594 0,48%	519 0,42%	75 0,06%
<b>Números Totais</b>	<b>1.972.673</b>	<b>988.796</b>	<b>983.877</b>	<b>123.135</b>	<b>61.122</b>	<b>62.013</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir das Tabelas A-20 e A-21 do estudo da SAGMACS (1960a, p.11).

Buscando compreender hábitos culturais, a SAGMACS investigou os aspectos religiosos da população carioca, apontando maior facilidade de penetração de “[...] credos mais recentes que vêm revelando grande vitalidade e poder de penetração exatamente no meio dos favelados, tais como a Umbanda, a Legião da Boa Vontade, etc.” (SAGMACS..., 1960a, p. 12). Ainda assim, segundo a pesquisa, as favelas tinham “[...] 91% de católicos, porcentagem superior à do Distrito Federal, onde são 85%. Os espíritas, na população carioca [...] correspondiam a 5%, mas nas favelas aparecem [...] com cerca de 2%, ficando os

protestantes com 5%". Segundo o relatório as favelas "[...] constituem, do ponto de vista religioso, grandes áreas de sincretismo" (SAGMACS..., 1960a, p. 36), observando-se a coexistência e o entrelaçamento entre as diferentes seitas, não se observando, por parte dos moradores "grande distinção entre as crenças".

Analisando a forma de moradia encontrada nestas áreas, o relatório aponta para as semelhanças do barraco – representando mais de 50% das moradias das favelas – como a habitação costumeira da maioria das nossas populações rurais. De forma que, tais condições sociais, "[...] filiam-se todos a senzala do tempo da escravidão" (SAGMACS..., 1960a, p. 5). Buscando maior aproximação à realidade social dos moradores das favelas, e analisando as tipologias habitacionais, a SAGMACS aponta a média de moradores por domicílio e o número médio destes por cômodos das habitações em sete favelas (Barreira do Vasco, Cantagalo, Jacarezinho, Mangueira, Praia do Pinto, Rocinha e São Carlos). Observa-se assim que, na Rocinha, a média era de cinco moradores por unidade, sendo que se alcançava 3,7 ocupando um único cômodo; em Jacarezinho, a média era de 4,6 e 3,2 em um mesmo cômodo; média de 4,3 moradores por unidade na Barreira do Vasco e 3,3 num mesmo cômodo; 4,1 por moradia no Cantagalo, sendo 3,3 por cômodo; na Mangueira e na Praia do Pinto a média era de 4,0 moradores por unidade, sendo 2,8 por cômodo na primeira e 2,4 na segunda, e o índice era de dois moradores por unidade na São Carlos e 3,7 por cômodo.

Com base nas entrevistas realizadas, e nas incursões sobre os territórios das favelas do Rio de Janeiro, que permitiram o contato global com as famílias residentes, a SAGMACS definiu duas escalas sociais: uma superior e uma inferior, apontando para a existência de cinco categorias dentro delas. As categorias são definidas a partir das seguintes condições: as famílias em melhores condições de vida e situação econômica são colocadas no nível 5, sendo aquelas "[...] que desfrutam de uma situação econômica suficiente para residir fora da favela, mantém uma vida familiar integrada, conseguindo equilibrar seu orçamento e satisfazer muito mais que as necessidades elementares" (SAGMACS..., 1960b, p. 3); em seguida vêm as famílias de nível 4 "[...] que conseguem suprir suas necessidades básicas e até certo consumo supletivo, que se reflete nas melhorias do barraco, no maior tempo dedicado ao lazer, [...] mas que não podem alimentar a esperança de sair da favela"; os níveis 3, 2 e 1, são colocados no limite inferior da escala social. E são descritos como:

3 – Famílias que ainda atendem as suas necessidades materiais, mas não conseguem permanecer dentro de certo limiar de segurança e, para mantê-lo tem que recorrer a serviços extraordinários. 2 – As necessidades básicas são dificilmente supridas e as famílias vivem permanentemente a beira da desintegração. 1 – Aqueles que não tem nenhuma possibilidade de atender a suas necessidades elementares e vivem num processo de desintegração. [...] A casa não tem nenhuma espécie de banheiro [...] nesse limiar de miséria e desintegração, o barraco ocupa um espaço mínimo, às vezes mais ou menos 10 m<sup>2</sup>, possui um só cômodo. [...] O chão é de terra batida. [...] As paredes são de tábuas mal conservadas, sem nenhum revestimento, sem pintura e sem janelas (SAGMACS..., 1960b, p. 3).

Estas condições de vida são descritas na Parte Específica do relatório, a partir da reprodução de conversas realizadas com moradores durante as entrevistas, ilustrando situações e observações quanto aos aspectos da moradia, descrevendo a vida familiar, a partir das iniciais dos nomes dos entrevistados.

No final do relatório, a SAGMACS apresenta conclusões que visavam elucidar os motivos da eclosão da favela como territórios populares no Rio de Janeiro, e tece críticas ao desconhecimento sobre as reais condições de vida nestas pelos órgãos públicos, inclusive à estrutura administrativa e à baixa formação dos técnicos da Prefeitura, afirmando que “[...] não existe, na administração municipal, uma compreensão dos problemas do Distrito Federal como partes de um todo homogêneo”. Seria assim, necessário que a administração passasse “[...] a considerar o problema da provisão de habitações para os vários níveis econômicos da população como atribuição sua, a fim de participar [...] efetivamente na orientação do desenvolvimento urbano” (SAGMACS..., 1960b, p. 43). Afirma-se ainda que “[...] a administração municipal não poderia permanecer inativa” (SAGMACS..., 1960b, 41), criticando o fato de que a Comissão de Favelas não havia deixado para a Prefeitura sequer documentos que comprovassem sua atuação.

A SAGMACS comprova, desta forma, que “[...] os agrupamentos de barracos, que caracterizam as favelas, nunca foram encarados nas mediadas que regulam o desenvolvimento urbano, a não ser por determinações proibitivas” (SAGMACS..., 1960b, p. 39). Apontando que o reconhecimento da favela “[...] como parte da estrutura urbana só se dá quando se tornam uma ameaça social, higiênica e estética”, não tendo sido “[...] considerada como parte integrante dos problemas urbanos”, diferentemente do que se discutia na mídia da época e nos círculos políticos, quanto aos problemas urbanos como “[...] a situação de congestionamento e mau funcionamento da cidade”.

O relatório destaca ainda que: a insegurança dos informantes qualificados, como “[...] médicos, enfermeiros, assistentes sociais, farmacêuticos, que tinham contato com [...] a vida do favelado” (SAGMACS..., 1960a, p. 24) foi um fator que impressionou os pesquisadores da equipe. Pois, “suas estimativas eram vagas e suas afirmações meras impressões”, culminando com um “subjetivismo impressionista” decorrente “[...] da falta de dados concretos sobre os quais se fundamentam um diagnóstico” (SAGMACS..., 1960a, p. 24).

Desta forma, embora sem ter atualizado os dados em relação a base do Censo de 1950, a SAGMACS expôs maior precisão sobre a realidade encontrada nas favelas cariocas, e chamou a atenção das autoridades para a responsabilidade sobre estes territórios. Ainda que a análise sociológica realizada pelos autores não tenha permitido grandes conclusões, o estudo publicado em 1960 propôs que, em curto prazo, fosse realizado pela municipalidade a junção de todas as entidades que atuavam nas favelas sob um só comando, e que se realizasse “[...] um estudo das relações das favelas com o conglomerado urbano, a fim de serem avaliadas as possibilidades de redistribuição de suas populações em relação aos locais de trabalho e outros centros de interesse” (SAGMACS..., 1960b, p. 43).

O estudo propunha ainda a organização de melhoramento das habitações, “[...] através de um programa de ajuda mútua, orientado pelos órgãos técnicos e realizado com o auxílio pelos próprios moradores” (SAGMACS..., 1960b, p. 43), incorporando os Departamentos de Urbanismo e de Habitações Populares, nesses esforços conjuntos “[...] visando dar um sentido mais amplo às soluções de emergência propostas”. Neste sentido, Gonçalves (2012, p. 22) salienta que a SAGMACS “[...] mostrava a viabilidade de uma política que levasse em conta todos os investimentos até então feitos pelos próprios moradores na construção de suas casas, acessos e vias existentes nas favelas”. Desta forma, a parte destinada a proposta de melhorias, apresentada nos capítulos 9 e 10 da terceira parte da Parte específica, além de contrariar a ideia de remoção das favelas, reconhecia o direito à moradia dos ocupantes destas áreas, já na década de 1960.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se elucidar os “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, em 1960, a partir da pesquisa elaborada pela SAGMACS, órgão de assistência técnica que atuou no campo do planejamento urbano e regional no Brasil durante os anos 1950, até o encerramento de suas atividades em 1967, marcado pela emergência do golpe militar em 1964.

O artigo aponta dupla contribuição para os estudos acerca da história do urbanismo no Brasil: em uma primeira, tem-se a exposição do relatório elaborado pela SAGMACS e publicado no Jornal O Estado de São Paulo, em abril de 1960, que contribuiu para, em certa medida, desmistificar a favela enquanto problema, estudando as formas de vida e associações sociais, culturais e econômicas presentes nestes territórios que absorviam a demanda por moradias populares, incorporando estes lugares de moradia e sociabilidade – através de um estudo sociológico – ao campo do urbanismo. Importante lembrar que a metodologia empregada pela SAGMACS, em seus trabalhos, partia de uma pesquisa exploratória e participante que colocava a equipe diretamente com o objeto de análise. Este fato aproximava os pesquisadores da realidade e dos problemas vivenciados pela população da área estudada, possibilitando assim sua melhor compreensão.

Em uma segunda frente de contribuição, pode-se apontar para a inserção da pesquisa elaborada pela SAGMACS frente aos estudos urbanos no Rio de Janeiro. Já que os trabalhos que tratam da atuação da equipe de Le Bret no Brasil, se debruçam pouco sobre a incursão da SAGMACS no Rio de Janeiro, destacando os trabalhos realizados pela equipe em localidades dos estados de São Paulo, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais. Este artigo permite, assim, a exploração sobre a atuação da SAGMACS e sua incursão sobre o Rio de Janeiro, aspecto ainda pouco explorado pela historiografia do urbanismo.

Conforme apontado, ainda que o trabalho sobre as favelas cariocas não tenha contribuído com grandes conclusões, e que tão pouco tenha atualizado os dados do Censo de 1950, o estudo sociológico contribuiu para se entender

melhor a realidade social dos moradores destes territórios populares, denunciar problemas e omissões do poder público e, principalmente, trazer, para a época, inovação nas ferramentas metodológicas utilizadas pelos pesquisadores sociais, incluindo a necessidade de visita dos locais de estudo. Esta prática garantiu assim, maior envolvimento dos técnicos com a comunidade e suas demandas populares. Além disso, engajou profissionais de diferentes campos disciplinares (entre assistentes sociais, arquitetos, advogados, engenheiros, geógrafos e sociólogos), no que consistiu em uma incursão dos pesquisadores pelas favelas cariocas do final da década de 1950.

## NOTAS

1. A denominação favela buscava à época caracterizar o conjunto de condições do local, sobretudo, no destaque ao aspecto desordenado, denso e na ausência de titularidade da área pelos ocupantes da mesma (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1953, p. 8).
2. O artigo 349 do Código de Obras de 1937 proibiu formalmente a existência de favelas na cidade do Rio de Janeiro, fato que, segundo Gonçalves (2013, p. 4) levou a uma precária política de tolerância, pautada de acordo com a localização do núcleo informal, de forma que as favelas em áreas menos valorizadas eram menos fiscalizadas, e portanto, não combatidas pelo poder público.
3. O Censo realizado pela Prefeitura em 1948 identificou 105 núcleos de favelas. Em 1950 o IBGE reagrupou os núcleos, considerando como favela os agrupamentos prediais ou residenciais – formados por mais de 50 unidades – apresentando aspectos rústicos em áreas destituídas de melhoramentos públicos. O Censo reconhece a existência de 58 favelas na capital do Distrito Federal, número que foi adotado pela SAGMACS para realização da pesquisa em 1957.
4. Diferentemente do urbanista Agache, Le Bret não tinha formação na área, era um frei dominicano, com formação em matemática, engenharia e filosofia. Sua formação na área de urbanismo coube a instituições criadas e coordenadas pelo próprio, tanto no Brasil, como na França, México e Colômbia.
5. O acervo da SAGMACS depositado na Biblioteca da “FAU Maranhão” é apresentado por Cestaro e Andrade (2022) em publicação que analisou quadro de referências voltadas a mapear as aproximações de Le Bret com a questão urbana, a contribuição para a formação de profissionais e a formulação de métodos e ideias da equipe para o campo disciplinar do urbanismo e do planejamento territorial no Brasil.
6. A inserção de Le Bret no Brasil foi possibilitada a partir de sua visita em 1947, ocorrida através de convite do Prof. Cyro Berlinck – diretor da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em São Paulo – para ministrar uma disciplina sobre a Economia Humana no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
7. O percurso de atuação da SAGMACS, bem como a relação dos trabalhos realizados e dos atores e técnicos envolvidos na realização destes trabalhos, pode ser conferido em trabalho publicado por Cestaro (2019). O autor observa que, os “Aspectos Humanos da Favela Carioca” foi o único trabalho realizado pela equipe de Le Bret no Rio de Janeiro, durante todo o período de atuação da SAGMACS (entre 1947 e 1964).
8. A criação da CIBPU, bem como a atuação deste órgão foi objeto de estudo de Gardin (2009) e Chiquito (2017).
9. Entre os pesquisadores destaca-se o geógrafo Milton Santos, fato que carece de maior informação, uma vez que, conforme levantamento apresentado por Cestaro (2019) não se observa a participação de Santos em outros trabalhos e estudos realizados pela SAGMACS. Além disso, tão pouco se observa a explicitação ou menção de Santos sobre sua relação com Le Bret e a SAGMACS.
10. Além do Parque Proletário da Gávea, foram construídos 4 parques, sendo dois na zona sul e dois na zona norte. Porém, a precariedade das instalações permaneceu, motivo pelo qual o Censo de 1950 manteve a classificação destes parques como favelas.

## REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, M. P.; MATTOSO, R. Suburbanização carioca: Reflexos de uma identidade construída na configuração do Engenho Novo. *Revista Urbana*, v. 11, n. 1, p. 93-120, 2019. Doi: <https://doi.org/10.20396/urbana.v11i1.8653334>
- CESTARO, L. R.; ANDRADE, C. R. M. O acervo da SAGMACS no Brasil e o Fundo Lebrecht na França. *Revista Paranoá*, n. 32, p. 1-16, 2022. Doi: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.13>
- CESTARO, L. R. *Planejamento Urbano e Regional no Brasil: as ideias, planos e contribuições de Lebrecht e da SAGMACS*. São Paulo: Annablume, 2019.
- CHIQUITO, E. A. *A Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento*. São Paulo: Alameda, 2017.
- FARIA, R. S. O município em face do planejamento regional: ideias interamericanas na década de 1950. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, p. 1-27, 2020. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202040pt>
- FELDMAN, S. 1950: a década de crença no planejamento regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., 2009, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ENAPUR, 2009. p. 01-23.
- FERNANDES, A. Urbanismo como política (1930-1945). In: REZENDE, V. *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF; Intertexto, 2012. p. 45-70.
- GARDIN, C. A. *Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Ed. UFGD, 2009.
- GONÇALVES, R. S. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um olhar histórico. *Revista Urbana*, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2013. Doi: <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115>
- GONÇALVES, R. S. Da política da 'contenção' à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: MELLO, M. A. S. et al. *Favelas cariocas ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 253-278.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *As favelas e o Distrito Federal, 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. Documentos Censitários, Série C, Número 9.
- LEME, M. C. S.; LAMPARELLI, C. M. A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ENANPUR, 2001. p. 675-687.
- MAGALHÃES, J. C. R. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Desafios do Desenvolvimento: IPEA*, ano 7, ed. 63, 2010. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 11, dez. 2023.
- MELLO, M. A. S. et al. *Favelas cariocas ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- OUTTES, J. Trocando as ferramentas de pedreiro pelo pandeiro e a cuíca para ganhar prêmio no carnaval: os urbanistas brasileiros em seu primeiro congresso. In: SEMINÁRIO URBANISTAS E URBANISMO NO BRASIL, 4., 2019, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: SUUB, 2019. p. 102-125.
- PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das Favelas: aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Secretaria de Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, 1949.
- QUINTO JUNIOR, L. P. A contribuição da cultura técnica do planejamento urbano no Brasil numa perspectiva comparada com a gênese da gestão urbana na Europa. In: PEREIRA, E. M. *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. Chapecó: Argos, 2008. p. 43-72.
- RODRIGUES, R. I. Entre o estatal e o filantrópico: reconstruindo a história das favelas e parques proletários do Rio de Janeiro. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 18, p. 1-16, 2020. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v18i0p1-16>

SAGMACS: Aspectos Humanos da Favela Carioca. *Jornal O Estado de São Paulo*, 13 abr., p. 1-51, 1960a. Suplemento Especial. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600413-26060-nac-0037-epl-1-not>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SAGMACS: Aspectos Humanos da Favela Carioca. *Jornal O Estado de São Paulo*, 15 abr., p. 1-47, 1960b. Suplemento Especial. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19600415-26062-nac-0090-epl-42-not>. Acesso em: 10 abr. 2023.

VALLADARES, L. P. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-6909000000300001>

## LUCAS RICARDO CESTARO

 0000-0002-1267-5019 | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura | São Carlos, SP, Brasil | E-mail: [lucas\\_cestaro@uol.com.br](mailto:lucas_cestaro@uol.com.br)

## COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

CESTARO, L. R. Os aspectos humanos da favela carioca: uma incursão da SAGMACS pelo Rio de Janeiro (1957-1960). *Oculum Ensaios*, v. 20, e235336, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5336>

### RECEBIDO EM

7/4/2021

### VERSÃO FINAL EM

11/4/2023

### APROVADO EM

25/4/2023

### EDITOR RESPONSÁVEL

Jonathas Magalhães e  
Renata Baesso